

EMANCIPAÇÕES NO ESTADO

Só Terra Vermelha pode virar município

Pelas novas regras aprovadas em comissão do Senado, a região de Vila Velha é a única com população para virar cidade

Pedro Callegario

Os 13 distritos e bairros do Estado que já manifestaram o interesse em se emancipar, apenas a região da Grande Terra Vermelha, em Vila Velha, cumpre requisitos estabelecidos no projeto aprovado na Comissão de Constituição de Justiça (CCJ) do Senado na quarta-feira, que fixou novas regras para a criação de municípios.

O texto do senador Valdir Raupp (PMDB-RR) impõe regras mais rígidas que o outro projeto sobre o tema, vetado pela presidente Dilma Rousseff (PT). O projeto aumenta de 12 mil para 20 mil a quantidade mínima de habitantes exigida no novo município no Sul e Sudeste do País.

Além disso, o Estudo de Viabilidade Municipal (EVM) passa a ser contratado pelo governo estadual, e não pelo municipal. A proposta amplia de 10 para 12 anos o período pelo qual fica vedada a realização de novo plebiscito no caso de o resultado da primeira consulta ter sido pela rejeição da criação.

O novo projeto reduz de 10% para 3% da população dos municípios envolvidos o número de assinaturas para dar início ao processo de fusão ou incorporação. A matéria vai para votação no plenário do Senado. Depois, vai à Câmara.

O vereador de Vila Velha Valter Rocon (PDT), que lidera o movimento para emancipar a Região 5 de Vila Velha, que além de Terra Vermelha tem outros 20 bairros, afir-

“Vamos aguardar a aprovação do projeto para entrar com o pedido na Assembleia”

Valter Rocon (PDT), vereador de Vila Velha

mou que as novas regras não vão afetar a emancipação dos bairros. São 80 mil moradores na região.

“Já temos três mil assinaturas. Com a nova regra vamos precisar de apenas 900. Vamos aguardar a aprovação do projeto para entrar com o pedido na Assembleia. Somente nós temos condições”.

Os outros 12 pedidos já protocolados na Assembleia, que não tiveram sequência, têm dificuldade de cumprir o mínimo de população.

O presidente da Associação dos Municípios do Espírito Santo (Amunes), Dalton Perim (PMDB), aprovou as regras. “No Estado, são poucos casos em que a emancipação deve ser discutida. Acredito que só Terra Vermelha cumpra as exigências”.

A deputada federal Rose de Freitas (PMDB) defendeu a criação de novas cidades. “Venda Nova, Santa Maria de Jetibá e Marechal Floriano são exemplos de prosperidade após a emancipação”. Procurada às 21 horas de ontem, a Prefeitura de Vila Velha não se posicionou até o fechamento desta edição.

QUEM QUER VIRAR CIDADE

13 locais manifestaram interesse

Cumpra o requisito

GRANDE TERRA VERMELHA

> PERTENCE a Vila Velha. Tem cerca de 80 mil habitantes.

Não cumprem

PEDRA AZUL DO ARACÊ

> PERTENCE a Domingos Martins. Se emancipado, teria 8.231 habitantes.

PIAÇU

> O DISTRITO fica em Muniz Freire. Tem 3.930 habitantes.

ITAOCA

> EM CACHOEIRO, chegou a ter o pedido de emancipação feito, mas foi arquivado. São 5.441 habitantes.

PEQUIÁ

> FICA em Lúna e possui 3.614 moradores.

CAMPO GRANDE

> BAIRRO de Cariacica tem 12.897 habitantes.

SANTA CRUZ

> FICA EM ARACRUZ. Tem 15.314 habitantes.

BEBEDOURO E DESENGANO

> AS DUAS localidades, que ficam em Linhares, teriam juntas 9.559 habitantes.

PAULISTA

> FICA em Barra de São Francisco e tem 5.620 moradores.

NESTOR GOMES

> LOCALIZADO em São Mateus, tem 10.823 moradores.

GURIRI

> TAMBÉM fica em São Mateus e possui cerca de 12 mil moradores.

BRAÇO DO RIO

> FICA em Conceição da Barra e tem 11.913 habitantes.

IBITUBA

> LOCALIZADO em Baixo Guandu, tem 1.889 habitantes.

JULIO HUBER - 01/10/2010



A REGIÃO DE Pedra Azul, com 8.231 habitantes, não possui os critérios necessários para se separar de Domingos Martins

Para Rose, nova regra prejudica a criação de cidades

A deputada federal Rose de Freitas (PMDB) criticou as novas regras estabelecidas no projeto aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado.

Segundo a deputada, os estados possuem realidades diferentes e as novas exigências vão dificultar que o projeto tenha uma aplicação prática, em especial no Espírito Santo.

Ela acredita que o texto seja aprovado no Congresso, mas ponderou: “Pode ter aceitação, mas não terá repercussão. A exigência do projeto dificulta muito. Não terá efeito prático”, defendeu a parlamentar. “Com 20 mil habitantes, no mínimo, só Terra Vermelha consegue”, acrescentou.

Já o deputado estadual Marcelo Santos (PMDB) afirmou que as regras mais rígidas são importantes, pois dificultam a criação de municípios por questões meramente políticas.

Embora afirme que não é contrário à criação de novas cidades, o peemedebista disse que, no momento, não existem condições para isso ocorrer no Estado, uma vez que há queda na receita.

“Discutir criação de municípios no Espírito Santo hoje é dividir pobreza”, afirmou. Ele criticou ainda a possibilidade da emancipação de Terra Vermelha.

“Só há nisso interesse político e pessoal. Vai gerar uma pobreza enorme na região”.



OS NÚMEROS

20 mil
habitantes é a
população mínima

3%
da população têm
de concordar

TERRA VERMELHA, em Vila Velha: região possui 80 mil moradores

ENTENDA O CASO

Dilma vetou novas cidades no País

> **NO ANO PASSADO**, o Congresso Nacional aprovou projeto que estabelecia novas regras para a criação de municípios em todo o País.

> **A PROPOSTA**, contudo, foi vetada pela presidente Dilma Rousseff (PT). A versão inicial abria caminho para a regularização de 57 cidades e a criação de outras 188, com um custo estimado em R\$ 9 bilhões para a montagem de novas estruturas administrativas.

> **PARA ENCONTRAR** um meio-termo sobre o assunto e evitar que o veto presidencial fosse derrubado, o Senado aprovou, por meio da Comissão de Constituição de Justiça (CCJ) da Casa, um texto, sob relatoria do senador Valdir Raupp

(PMDB-RR), que estabelece regras mais rígidas do que a proposta anterior.

> **O NOVO TEXTO** deve ensejar a formação de, no máximo, 130 cidades.

> **ENTRE** as principais mudanças, que vão favorecer principalmente as regiões Norte e Nordeste, com menor densidade populacional, foi aumentado o número mínimo de habitantes nas novas cidades.

> **EM VEZ** dos anteriores 12 mil, para as regiões Sul e Sudeste, serão agora 20 mil. Já o número de assinaturas mínimas caiu de 10% para 3% dos moradores.

> **O PROJETO** será votado em plenário e apreciado pela Câmara Federal.

ANÁLISE

A criação de novos municípios amplia as desigualdades

Antonio Marcus Machado,
Economista e Professor
Universitário



Durante muito tempo prosperou a ideia de independências municipais, pois a questão territorial era determinante do poder e de suas relações de importância política e social. Um modelo reprodutor do antigo feudalismo senhorial.

A criação de municípios, uma estrutura administrativa herdada dos portugueses e inexistente em inúmeros países, tornou-se um fator geopolítico de custo elevado.

Tornaram-se aglomerados urbanos conturbados, com problemas e soluções que poderiam ser gerenciados de forma consorciada.

Mas, na verdade, cuidam de si próprios prevalecendo a força eco-

nômica e política que detêm, desconsiderando necessidades vizinhas.

Hoje, o caminho deve ser invertido, com a criação de metrópoles com interesses comuns representados por comunidades constituídas e participativas.

A criação de novos municípios dilui a já frágil receita pública e amplia desigualdades regionais.

Não cabem mais no Espírito Santo propostas dessa natureza e toda legislação que as dificultem é muito bem-vinda. Saneamento, mobilidade urbana e segurança, por exemplo, são variáveis passíveis de uma metropolização.